

**ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE AGUAS
LIMAS - APPAL**

(Reformulado e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2010, para adequação ao novo código civil vigente no país.)

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO

Art. 1º - A Associação dos Pequenos Produtores de Águas Limpas, doravante referida pela sigla APPAL, é uma sociedade civil, sem fins econômicos e lucrativos de pessoas, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A APPAL terá sua sede no PA Providencia, Município de Bernardo Sayão e foro jurídico na Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 3º - A APPAL é instituída por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil, compreendido no período de 30 de janeiro.

Parágrafo único: A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o município de Bernardo Sayão e Pequizeiro

Art. 4º - A APPAL tem por objetivos:

I - estimular as atividades e a articulação dos diferentes setores que participam direta ou indiretamente no desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos e proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas e sociais e assistenciais.

Parágrafo Único – A APPAL não poderá envolver-se em questões político-partidárias e religiosas.

Art. 5º - A APPAL será dirigida pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria Executiva;

Cartório de Registro de Imóveis
Pessoa Jurídica, Títulos, Documentos
Protestos e Tabelionato de Notas

Oedson Gomes Júnior
Oficial e Tabelião

BERNARDO SAYÃO - TO

José Mariano Sobrinho
OAB-TO 524-B

III – Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamentos dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.

Parágrafo 2º - A assembléia geral ordinária reuni-se e delibera:

I – em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;

II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados.

Parágrafo 3º - A assembléia extraordinária reuni-se e delibera:

I – em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;

II – em seguida a última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados. Não havendo esse número mínimo da convocação, será afixada nova data para realização da assembléia.

Parágrafo 4º - A assembléia geral reunir-se-á, ordinariamente, no último final de semana de cada mês.

Parágrafo 5º - Compete privativamente a assembléia geral:

I – reformar o estatuto social;

II – eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;

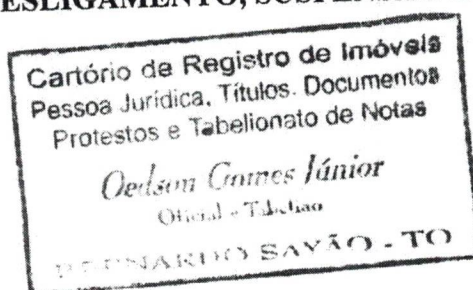
III – autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e a constituição de garantias acaso exigidas;

IV – autorizar a alienação de bens absolutos ou sem utilidades;

V – decidir sobre programas de trabalhos e respectivos orçamentos.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I – DA ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO



2
José Marcelo Sobrinho
OAB - TO/524-B

Art. 6º - Poderá ser admitido como sócio da APPAL qualquer pessoa física que se enquadre nas disposições deste Estatuto e que deseje contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade e pessoas que se dedique as atividades agrícolas, em imóvel de sua propriedade ou ocupadas por processo legítimo, dentro da abrangência desta associação.

Parágrafo 1º - Aprovada a sua proposta pela diretoria, o candidato fornece os dados para sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão e anuidade em vigor, assinando o livro de matrícula juntamente com o diretor presidente.

Parágrafo 2º - A demissão do associado que não pode ser negada, dá unicamente a seu pedido. É requerido ao presidente, sendo por este levado a diretoria em sua primeira reunião, averbada do livro de matrícula mediante assinatura do presidente e imediatamente comunicada por escrito ao requerente.

Parágrafo 3º - A eliminação do associado, que é aplicada em virtude de infração deste estatuto, é feita por decisão da diretoria depois da notificação prévia ao infrator.

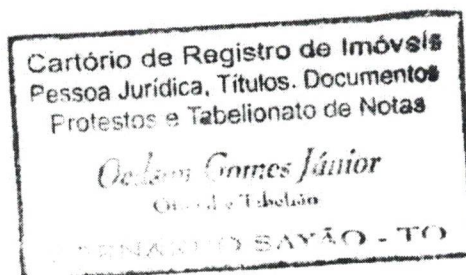
§ 1º - Além de outros motivos a diretoria deve eliminar o associado que:

- a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à associação o que colida com seus objetivos sociais;
- b) Levar a associação a pratica de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- c) Cópia autenticada da decisão será remetida dentro prazo de 30 (trinta) dias ao interessado;
- d) O associado eliminado pode, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, intervir mediante recurso tendo efeito suspensivo até a primeira assembléia geral.

SEÇÃO II – DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 7º - São direitos dos associados:

I - usufruir de todas as vantagens e benefícios que a APPAL venha a conceder;



3
[assinatura]
José Marcelino Sobrinho
OAB - TO 524-B

II - votar e ser votado para os cargos de Diretoria ou do Conselho Fiscal, a partir do momento que completar 12 meses como associado;

III - participar de Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que fizerem parte da pauta, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;

IV - propor à Diretoria quaisquer medidas que julgar de interesse da APPAL;

V - ter acesso a todos os livros e documentos fiscais da ABMS, sempre que necessário, mediante solicitação endereçada à Diretoria;

VI - solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da APPAL, consultar na sede da associação os livros de contabilidade e documentos que devem estar a disposição dos associados com o compromisso de sigilo junto a terceiros e propor medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;

Art. 8º - São deveres dos associados:

I - observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;

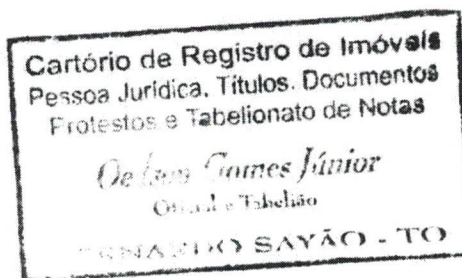
II - respeitar os compromissos assumidos para com a APPAL;

III - manter em dia as suas contribuições;

IV - contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da APPAL

V - as pessoas que não são associadas com a APPAL terá um prazo de sessenta dias para associar e quitar os atrasados, a não quitação implicará a liquidação da dívida e uma multa de 50 % (cinquenta) por cento dos atrasados

Art. 9º - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela APPAL, salvo aquelas deliberadas em Assembléia Geral.



João Moutinho Sobrinho
OAB - TO 524-B

Parágrafo único: Os direitos e as obrigações dos associados falecidos contraídos com a associação, e os oriundos de sua responsabilidade como associado perante terceiro, passam aos herdeiros.

Art. 10 - A exclusão do associado é feita:

- I - por dissolução da pessoa jurídica;
- II - por morte da pessoa física;
- III - por incapacidade civil não suprida.

Art. 11 - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão o associado não tem direito a restituição de colaborações financeiras de qualquer espécie, bem como os fundos existentes.

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA

Art. 12 - A Diretoria será constituída por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, que serão eleitos pela Assembléia Geral;

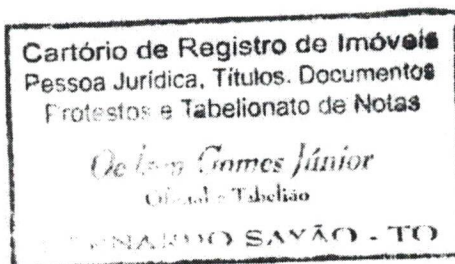
Parágrafo 1º - A Diretoria será eleita para um mandato de 2 (dois) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição por mais de um mandato.

Parágrafo 2º - Nos impedimentos por prazo inferiores a 90 (noventa) dias o presidente é substituído pelo vice-presidente, o vice-presidente pelo secretário e subsequente pelo tesoureiro;

Parágrafo 3º - Nos impedimentos superiores a 90 (noventa) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, deverá ser convocado uma Assembléia Geral para o preenchimento do(s) cargo(s) vago(s).

§1º - O substituo exerce o cargo somente até o final do mandato do seu antecessor.

§2º - Perde o automaticamente o cargo o membro da diretoria que sem justificativa faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) durante o ano, após a notificação expressa ao faltante.



José Marcelino Sobrinho
OAB - TO 5248

Art. 13 - Compete à Diretoria, em especial dentro dos limites deste estatuto:

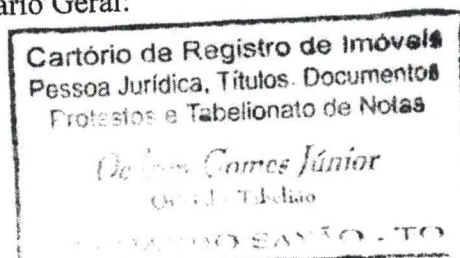
- I** - estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da APPAL;
- II** - analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- III** - propor à Assembléia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- IV** - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- V** - O exercício de qualquer cargo eletivo será gratuito, ressalvadas as despesas de viagens e representações em favor da APPAL desde que comprovadas.

Art. 14 - Compete ao Presidente:

- I** - executar e fazer executar as deliberações da Assembléia Geral;
- II** - administrar os recursos da APPAL, prestando contas de suas atividades à Assembléia Geral;
- III** - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV** - empossar a Diretoria e Conselho Fiscal, recém-eleitos
- V** - assinar cheques em conjunto com o Tesoureiro;
- VI** - apresentar à Assembléia Geral, relatório e balanço anuais, com o parecer do Conselho Fiscal;
- VII** - representar ativa e passivamente a associação em juízo ou fora dele.

Art. 15 - Ao vice-presidente cabe assessorar e assistir permanentemente o trabalho do presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 16 - Compete ao Secretário Geral:



[assinatura]
José Marcelino Sobrinho
B - TO 524-B

- I - lavrar ou mandar lavrar as Atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, tendo sobre sua responsabilidade os respectivos livros;
- II - elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;
- III - manter atualizado o cadastro de associados;
- IV - substituir o Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância.

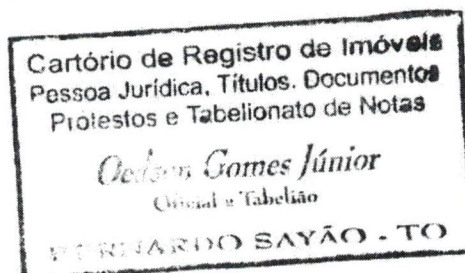
Art. 17 - Compete ao Tesoureiro:

- I - arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível em conta bancária;
- II - proceder aos pagamentos exclusivamente através do sistema bancário;
- III - proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- IV - zelar para que a contabilidade da ABMS seja mantida em ordem e em dia;
- V - Movimentar contas bancaria e emitir cheques juntamente com o presidente;
- VI - zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da APPAL.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 18 - O Conselho Fiscal da APPAL será constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, sendo também permitida a mesma condição da diretoria executiva.

Parágrafo 1º - O Conselho considerar-se-á reunido com a participação mínima de 3 (três) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria de votos.



7
José Marcelino Schmitz
OAB - TO 54442

Parágrafo 2º - Será lavrada Ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

Art. 19 - Compete ao conselho fiscal fiscalizar as operações, atividades e serviços da APPAL, cabendo-lhes as seguintes atribuições:

CAPÍTULO V – DA CONTABILIDADE

Art. 20 - A contabilidade da ABMS obedecerá as disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Parágrafo Único - As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantado a 31 de dezembro de cada ano:

I - Verificar despesas e inversões, recebimento de créditos, extratos de contas bancárias, saldos em caixa e sua escrituração e sua conformidade com os planos de trabalho

II - Analisar balanços, balancetes, relatórios, prestação de contas e outros demonstrativos.

III - Prestar ao gerente, a diretoria, ao conselho fiscal e assembléia geral os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o estado da contabilidade e de negócios.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21 - A Assembléia Geral é o órgão supremo da APPAL e dentro dos limites legais, e deste Estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 22 - A Assembléia será convocada para a eleição para membro da diretoria executiva e do conselho fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Cartório de Registro de Imóveis
Pessoa Jurídica, Títulos, Documentos
Protestos e Tabelionato de Notas

Oedson Gomes Júnior
Oficial e Tabelião

BERNARDO SAYÃO - TO

8
José Mariano Sobrinho
22/11/2010 524-B

Parágrafo 1º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios às eleições como mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo 2º - Compete à Assembléia Geral Ordinária (AGO), em especial:

- I - apreciar e votar o relatório, o balanço e as contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- II - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III - estabelecer o valor da contribuição anual dos associados.

Parágrafo 3º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar.

CAPÍTULO VII – DA DISSOLUÇÃO

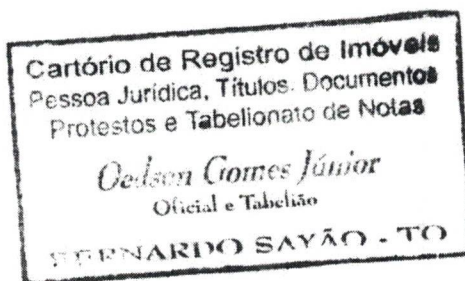
Art. 23 – A APPAL somente será dissolvida, por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para esse fim, observado o disposto neste Estatuto.

Parágrafo único: O patrimônio e os fundos da APPAL serão constituídos:

- a) Das contribuições dos sócios ou associados;
- b) Das subvenções, auxílios, donativos e legados etc.;
- c) Das rendas patrimoniais;
- d) Dos bens moveis pertencentes a APPAL.

Art. 24 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio líquido será doada à instituição congênere, de âmbito nacional, legalmente constituída, e em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades da APPAL dissolvida.

Parágrafo Único - Se não houver nenhuma instituição à qual a ABMS possa destinar o remanescente do patrimônio, este será encaminhado à Fazenda da União.



9
José Martelino Sobrinho
OAB - TO 524-B

CAPÍTULO VIII – DOS LIVROS

Art. 25 - A APPAL deverá manter em dia:

I - livro de matrícula de associados;

II - livro de atas de reunião da Diretoria;

III - livro de atas de reunião do Conselho Fiscal;

IV - livro de atas da Assembléia Geral;

V - livro de presença dos associados em Assembléia;

VI - outros livros, fiscais, contábeis etc, exigidos pela Lei e/ou Regimento Interno.

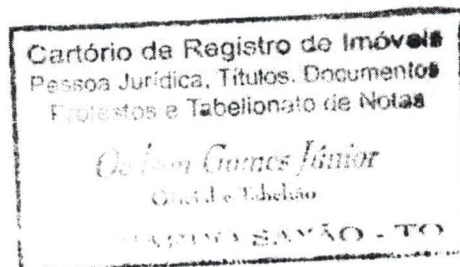
CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - É vedada a remuneração dos cargos de Diretoria, do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 27 - A APPAL não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 28 - Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembléia Geral Ordinária, correspondente ao seu término.

Parágrafo Único – Em caso de não ser realizada a Assembléia Geral Ordinária no devido prazo após o exercício, a responsabilidade dos diretores e conselheiros fiscais, permanecerá até a realização da primeira Assembléia Geral Extraordinária, para prestação de contas e eleição de nova Diretoria e Conselho Fiscal, se for o caso.



Art. 29 - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária, observado o estatuto.

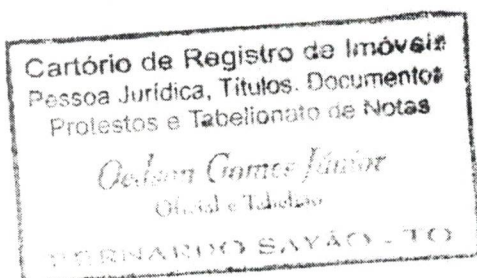
Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Assembléia Geral, ou de acordo com a Lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para tanto.

Art. 31 - O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2010, em Bernardo Sayão - (TO), da APPAL realizada às 10:00 horas.

Bernardo Sayão - TO, 24 de abril de 2010.



PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

nº 269 do protocolo A-2
pág 37va (trinta e sete verso)
apresentado em 16 de Dezembro de 2010
Registro no Livro nº A-2 às fls. 097/106
de número 051 (cinquenta e um)
Bernardo Sayão - TO, 16 / Dezembro / 2010.

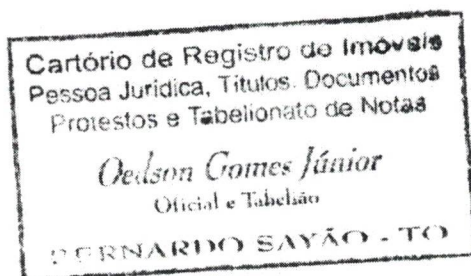


OSVALDO GOMES JÚNIOR NETO
Sub Oficial / Escrevente

José Marcelino Sobrinho
OAB - TO 524-B

ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA APPAL

Ata da Assembléia Geral extraordinária para análise e deliberação da proposta de alteração do Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Águas Limpas - APPAL de Bernardo Sayão, para sua adequação ao Código Civil e normas da legislação vigente. Aos **24** dias do mês de **abril** de **2010** (dois mil e dez), na sede da APPAL na Agrovila PA Providencia localizado no município de Bernardo Sayão - TO, com a presença dos associados e associadas, conforme registro no livro único de atas com as assinaturas, convocadas de acordo com o Edital de Convocação divulgado nos termos do Artigo 40 do Estatuto da APPAL, realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária, para análise e deliberação da proposta de alteração do Estatuto da APPAL, para acrescentar e retirar os artigos, parágrafos e alíneas: **artigos. 1º, 2º, 3º, 4º, parágrafo 1º, 2º e 3º, § 1º, art. 7º, "I", "II", "III", "IV", "V", "VI", art. 8º, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 e suas alterações.** Dando início aos trabalhos, o Sr Damazio Auricuri dos Santos, Presidente da APPAL do PA Providencia, declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, explicou aos presentes o objetivo da alteração estatutária, para atender as orientações do novo Código Civil e legislação vigente quanto à adoção da redação padrão do Estatuto proposto e aprovado. Diante da necessidade de adequação da redação do estatuto da APPAL às exigências impostas pela legislação civil em vigor, de forma a compatibilizá-la com as normas adotadas pelos Conselhos Estaduais, Secretarias de Estado e Secretarias Municipais nas diversas áreas de atuação, com o objetivo de assegurar a efetividade da articulação da APPAL, faz-se necessário a adoção de alterações em alguns artigos do estatuto. Assim, propõe a aprovação da Assembléia Geral Extraordinária da seguinte redação conforme Estatuto impresso. Colocado em votação

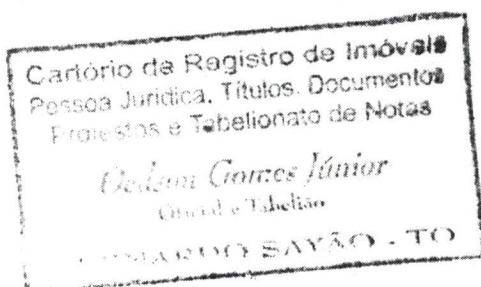


José Marcelino Sobrinho
OAB - TO 524-B

as alterações foram aprovadas por unanimidade dos presentes à Assembléia, passando a vigorar o Estatuto da APPAL com a nova redação. Nada mais havendo a ser deliberado, deu-se por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária. A presente Ata vai por mim *[assinatura]* assinada, secretária desta Assembléia, tesoureiro e também pelo Senhor Presidente. *[assinatura]*

Edson de Godim, Braga
Elyton Werley Rodrigues Lopes

Damação Auri
Port



José Marcelino Sobrinho
OAB 524-B

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

nº 268 do protocolo A-2
pág 37va trinta e sete verso
apresentado em 16 de Dezembro de 2010.
Registro de Livro nº A-2 de fls. 096
de número 050 (cinquenta)
Bernardo Sayão 10.16 / Dezembro / 2010



[assinatura]
Osvaldo Gomes/Bueno Neto
SubOficial/Escrevente



ATA 001/2024



18

Osvaldo Gomes Bueno Neto
Tabelião e Oficial Substituto

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2024, ÀS QUATORZE HORAS (14), DEU-SE O INÍCIO DE MAIS UMA REUNIÃO ORDINÁRIA, PARA ELEIÇÃO DA ESCOLHA DO NOVO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE ÁGUAS LIMPAS, ONDE O ATUAL, JOSÉ CÍCERO SOARES DA SILVA, FOI REELEITO COMO CANDIDATO ÚNICO. APÓS FOI FEITO OS DEBATEDIMENTOS PELO TUTOR RECEBIDO, EM SEGUIDA, ASSINATURAS:

Marques Evangelista de Araújo 011.641.761-39, Ari 498346456-72
 Thanie de Almeida Euripedes Rosa 315345031-53
 Francisco Juvenil de Sousa, 293.482.282-15, Mangimar-
 tins de Sousa = 991.146.821-68, Jail Bezerra de A-
 chon = 865.248.791-04, Apolônio Clemente Freire 1818.686,
 Joel Duarte Lianca, 318.580.402-30, Jorge Zafars
 no guira = 264.383.801-59, Alencandrina Barreira
 de Sousa Voguira, = 913.259.511-53, Antonio de
 Souza A Pinho = 001.064.431-05, Roberto C L.
 1150.305881-91, AOBATISNUNES, 848806351-20
 Maria Rosa P. Francisco CPF 884715511-87, Ramon
 Junior Ribeiro CPF 905502795-95
 Lucinda Viana Lima 001.734.181-71, Lucelia
 Alves de Sousa 013876271-63, Genio Roger Esalosa
 892497715-34, José Ferreira Vg, Barbara Silva
 937.877901-87, Euzellen Antonio de Silva, 871545601-34.
 Neuvim Nogueira de Oliveira 472288731-49, Gilson Patista
 LEITE 778,605,943-53, José Eládio mo da Silva
 974.306.501-63, + Antonio Vinicius de Souza, 711216411-72
 Antanias de Sousa Leite, 865,048,191-49, Izaias Lourenço-
 da Silva CPF. 347929451-00. Marli
 de Jesus Almeida, Geozilda Batista Neto, 014.961.141-24
 Benedito Luiz Lima CPF 440359.691-68, Salvador
 Santos Araújo, 369757531-72, João de Paula

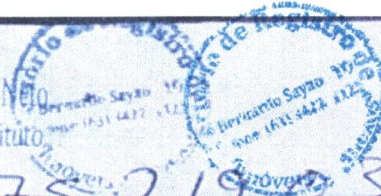
Oswaldo Gomes Bueno Neto
Tabelião e Oficial Substituto

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

DIRLEG-AL

Fis: 38

PPD



Rúbrica: 875.219.031 - Silveira
Santa de Souza, 533.987.421-49, SARA LOPES DE
SOUZA. CPF: 063.391.531-94. Dario Machado da
Silva. MARIO DIVINA LOPES DA SILVA CPF: 930.956.001-00
Juliana Mantuano dos Santos CPF 742.284.711-53
Anlete de Castro e Silva Rafaela CPF.005.823.731-31, Arlete
de Souza, Silva, 001.709.881.55, FLOVIO DE SILVA
000881671-94 Ivom Alves Braga
865226041-91 PEDRO RAIMUNDO D. OLIVEIRA
185.763.402.30, JOÃO BATISTA DA SILVA ANDRADE
520462061-34, Romilson P. de Souza CPF 0081432939
003602431-77 Rosamio Afonso Silva de Oliveira Rocha
Vandeli Ferreira da Silva 596812681-72. Maria
Eliete Ferreira Lemes. Emogelima F. dos Santos
015.056.941-67, Eliana Ferreira dos Santos
002.840.701.65.
Joicicenso de Souza, 932.956.181-00
J. José de Aquino Lins - 984.330.221.00
RESULTADO DA ELEIÇÃO

CANDIDATO: JOSE CICERO SOARES DO SILVA
ÚNICO

QUANTIDADE DE VOTOS VÁLIDOS "64"

SENDO COMO RESULTADO, 62 VOTOS SIM

02 VOTOS NÃO

33.565.342/0001 081

SELO DIGITAL 127311AAA077960-NLC

Registro - RCPJ - Livro A

Protocolado sob o nº 483, averbado sob o nº 6 e registrado sob o nº 51. Dou fe.
Fernando Sayão TO 31/01/2025. Emol. R\$ 13,88 ISS R\$ 0,41 FUNCIVIL
R\$ 13,47 Pg. Ext. R\$ 0,00 Protoc. R\$ 4,01 For. Eletrônica R\$ 2,89 T.F.J.
R\$ 8,15 Outros R\$ 0,00 Total R\$ 42,67



OSWALDO GOMES BUENO NETO
S/Tabelião

Consulte o selo em: <https://app1.repositorioptf.com.br/consulta-selos>

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU ASSINATURAS



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
Pessoa Jurídica, TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTESTO E LEGITIMATO DE NOTAS

Av. Antonio Pescoschi, 321

(63) 3422-1125

Fernando Sayão - TO